



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 13º ANDAR - SALAS Nº 1322/1324, CENTRO -
CEP 01501-900, FONE: 2171-6116/6578-, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
SP11CV@TJSP.JUS.BR

CONCLUSÃO

Em 11 de dezembro de 2020 faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de Direito Dr. Luiz Gustavo Esteves. Eu _____, subscrevi.

SENTENÇA

Processo nº: **1048998-75.2020.8.26.0100**
Classe – Assunto: **Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Patrícia Toledo de Campos Mello**
Requerido: **Eduardo Nantes Bolsonaro**

Vistos.

PATRICIA TOLEDO DE CAMPOS MELLO, ajuizou a presente ação de indenização por danos morais, em face de EDUARDO NANTES BOLSONARO, ambos devidamente qualificados nos autos, aduzindo, em síntese, que no dia 27 de maio de 2020 o requerido transmitiu uma *live* pelo canal “Terça Livre” do *YouTube*, durante a qual afirmou que Patrícia tentava seduzir para obter informações que fossem prejudiciais ao Exmo Presidente Jair Bolsonaro, pai do réu, e que esta mesma declaração foi veiculada pela página pessoal do requerido no *Twitter*. Narra, ainda, que o requerido imputou à requerente conduta de publicar *fake news* em 2018 e de tentar se insinuar sexualmente à Hans River para ter acesso ao seu laptop e conseguir materiais prejudiciais ao seu genitor. Sustenta a requerente que nenhuma das declarações corresponde à realidade, e que o réu se vale de injúria sexual e desmerece a atividade profissional da jornalista. Sustenta, ainda, sobre os danos individuais e reparação do dano ao pagamento de indenização pelas declarações do réu. Discorre acerca da trajetória profissional da requerente e da conduta do requerido dos fatos no contexto da ofensa, outrossim, requer a procedência da demanda para condenar o requerido ao pagamento de indenização por danos morais acrescidos de juros de mora desde o ato ilícito e correção monetária.

A inicial as fls. 01/18, veio instruída com documentos.

Emenda à inicial as fls. 93/95.

Citado, o requerido ofertou resposta na forma de contestação, fls. 113/136, arguindo, em preliminar, ilegitimidade passiva e, no mérito, apresenta esclarecimentos a respeito da conduta do requerido, aduzindo que somente reproduziu informação colhida em

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 13º ANDAR - SALAS Nº 1322/1324, CENTRO -
CEP 01501-900, FONE: 2171-6116/6578-, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
SP11CV@TJSP.JUS.BR

depoimento em comissão parlamentar de inquérito sem a intenção de ofensa. Discorre acerca da publicidade dos polos da ação, da culpa de terceiros, da ausência do dever em indenizar e sustenta sobre a imunidade parlamentar. Requer improcedência da ação.

Réplica as fls. 143/163.

É o relato do necessário. Fundamento e DECIDO.

Conheço diretamente do pedido, com base no art. 355, I, do Novo Código de Processo Civil, pois basta a prova documental produzida para o deslinde da causa.

Rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva, pois, pela narrativa da inicial, em razão de conduta atribuível ao requerido, a autora, em tese, sofreu danos morais, decorrendo daí sua legitimidade para figurar na lide.

Qualquer outra questão é matéria afeta ao mérito da lide e lá deverá ser enfrentada.

Da mesma forma, afasta a incidência da imunidade prevista no artigo 53, da Constituição da República, já que ela não é absoluta, não alcançando eventuais ofensas praticadas sem qualquer relação com o mandato em exercício.

Nesse sentido, confira-se:

"A imunidade material prevista no art. 53, caput, da Constituição não é absoluta, pois somente se verifica nos casos em que a conduta possa ter alguma relação com o exercício do mandato parlamentar. Embora a atividade jornalística exercida pelo querelado não seja incompatível com atividade política, há indícios suficientemente robustos de que as declarações do querelado, além de exorbitarem o limite da simples opinião, foram por ele proferidas na condição exclusiva de jornalista.[Inq 2.134, rel. min.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 13º ANDAR - SALAS Nº 1322/1324, CENTRO -
CEP 01501-900, FONE: 2171-6116/6578-, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
SP11CV@TJSP.JUS.BR

Joaquim Barbosa, j. 23-3-2006, P, DJ de 2-2-2007.]"

Superadas tais questões, passa-se ao mérito da causa.

Restou incontroverso nos autos que o requerido no seu canal do *Youtube* proferiu as seguintes falas, fls. 21: (i) "*É igual a Patrícia Campos Mello, fez a Fake News de 2018, prá interferir na eleição presidencial, entre o primeiro e segundo turno, e o que ela ganhou de brinde? (pausa) Foi morar nos Estados Unidos*"; (ii) Essa Patrícia Campos Mello, que vale lembrar, tentou seduzir o Hans River (...) Tentando fazer uma insinuação sexual para obter uma vantagem, de entrar na casa do Hans River, ter acesso ao laptop dele e tentar ali, achar alguma coisa contra o Jair Bolsonaro, que não achou".

Tais comportamentos foram replicados no *Twitter* pelo requerido (fls. 22/25)..

Com base nessa premissa, resta claro a ofensa à honra da autora, posto que o requerido lhe imputou, falsamente, (a) a prática de fake news e, via consequência, a conquista de uma promoção no trabalho e (b) que teria se insinuado sexualmente para obter informações do seu interesse.

Não lhe socorre a alegação de que teria, apenas, reproduzido o conteúdo do testemunho prestado por Hans River na CPI instaurada, vez que tal depoimento ocorreu em 11/02/2020, ao passo que seu vídeo no *Youtube* foi transmitido em 27/05/2020, quando já havia vasta divulgação sobre o possível falso testemunho prestado por Hans.

No mínimo, foi incauto o requerido ao não ressaltar tal fato, o que reforça sua intenção de macular a imagem da autora.

Como se sabe, nenhum direito é absoluto, nisso, incluindo o direito de livre manifestação e pensamento. Em outras palavras qualquer comportamento humano deve guardar respeito aos limites do direito de outra pessoa.

O réu ao postar/transmitir em sua rede social que a autora teria praticado *fake news* e, como resultado, obtido uma promoção em seu trabalho, bem



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 13º ANDAR - SALAS Nº 1322/1324, CENTRO -
CEP 01501-900, FONE: 2171-6116/6578-, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
SP11CV@TJSP.JUS.BR

como que teria se insinuado sexualmente a terceira pessoa, no exercício de sua profissão, por certo, transbordou tais limites, ofendendo a honra daquela, colocando em dúvida, inclusive, a seriedade do seu trabalho jornalístico e de sua empregadora.

Afinal, não é possível que um comportamento que o próprio ordenamento jurídico tipifica, em tese, como crime contra a honra – possa ser admitido como lícito.

O requerido, ocupando cargo tal importante no cenário nacional – sendo o deputado mais votado na história do país, conforme declarado na contestação – e sendo filho do atual Presidente da República, por óbvio, deve ter maior cautela nas suas manifestações, o que se espera de todos aqueles com algum senso de responsabilidade para com a nação, em especial, nesse momento tão sensível pelo qual passamos, com notícias terríveis sendo divulgadas pela imprensa todos os dias, muitas das quais, diga-se de passagem, poderiam ter sido evitadas, com o mínimo de prudência das figuras públicas, sem divulgação, aqui sim, de *fake news*.

Em conclusão, assim agindo, o requerido ofendeu a honra da autora, razão pela qual procede o pedido indenizatório formulado. Ratificando, confira-se:

APELAÇÃO – Ação de Obrigação de Fazer c/c Indenização por Danos Morais e Materiais - Alegação de publicações indelicadas e injuriosas, com afirmações falsas e extremamente depreciativas feitas pelos réus a respeito dos autores, através da rede social do facebook, o que causou a estes prejuízos de ordem moral e material – Sentença de parcial procedência – Inconformismo do réu MATHEUS, alegando, basicamente, a não configuração dos danos morais, uma vez que não ficou comprovado nos autos o dano sofrido pelos autores a tornar a sua atitude um ato ilícito capaz de gerar o dever de indenizá-los e a distribuição do ônus de sucumbência em razão da parcial procedência da ação; da ré



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 13º ANDAR - SALAS Nº 1322/1324, CENTRO -
CEP 01501-900, FONE: 2171-6116/6578-, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
SP11CV@TJSP.JUS.BR

MARINA, alegando, basicamente, a ausência de danos morais, visto que não restou comprovado o nexo causal entre as publicações nas redes sociais e a diminuição da frequência e lucro do estabelecimento autor THE CROWN PUB, que os fatos ocorridos não passaram de mero dissabor e a distribuição do ônus de sucumbência as partes, visto que os pedidos dos autores não foram integralmente acolhidos – Descabimento – Publicações em rede social confessada pelos próprios réus que ultrapassaram os limites da liberdade de expressão – Dano moral caracterizado – Indenização devida – Dano material também devido, consubstanciado nas despesas com a lavratura de ato notarial necessário para comprovação do ato ilícito imputado aos réus - Autores que decaíram em parte mínima dos pedidos - Ônus de sucumbência devido integralmente pelos réus – Artigo 86, §único, do CPC – Recursos desprovidos.

(TJSP; Apelação Cível 1001802-97.2016.8.26.0602; Relator (a): José Aparício Coelho Prado Neto; Órgão Julgador: 9ª Câmara de Direito Privado; Foro de Sorocaba - 5ª Vara Cível; Data do Julgamento: 02/07/2019; Data de Registro: 03/07/2019)

Nesse passo, considerando as circunstâncias e peculiaridades da causa, em especial, (1) o cargo ocupado pela autora – jornalista – e a relação deste com os fatos veiculados, (2) o fato do requerido ter sido o parlamentar mais votado da história do país e possua quantidade exorbitante de perfis que acessam seu conteúdo – conforme constou da própria contestação – e (3) que o vídeo reconhecido como ofensivo, possui mais de 2.500 comentários – conforme também constante na contestação – a reforçar a difusão do seu conteúdo, o valor deve ser fixado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), na data deste julgamento, quantia que cumpre, com razoabilidade, a sua dupla finalidade, isto é, a de punir pelo ato ilícito cometido e, de outro lado, a de reparar a vítima pelo



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO -FORO CENTRAL CÍVEL

11ª VARA CÍVEL

PRAÇA JOÃO MENDES S/Nº, 13º ANDAR - SALAS Nº 1322/1324, CENTRO -
CEP 01501-900, FONE: 2171-6116/6578-, SÃO PAULO-SP - E-MAIL:
SP11CV@TJSP.JUS.BR

sofrimento moral experimentado, salientando-se que o valor da indenização considera peculiaridades do caso, respeitadas eventuais diferenças resultantes de outras fixações, relativamente a outros lesados, consideradas outras circunstâncias a eles relativas.

Pelo exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido, com resolução do mérito, nos termos do artigo 487, I, do CPC, para condenar a parte ré ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 30.000,00, atualizado de acordo com a tabela prática do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a partir da data da publicação dessa sentença (Súmula nº 362, do STJ), e com a incidência de juros moratórios de 1% ao mês desde 27/05/2020, data da transmissão indevida, evento danoso, nos termos da Súmula nº 54, do Superior Tribunal de Justiça.

Em face da sucumbência experimentada, arcará apenas o requerido com as custas, despesas processuais e honorários advocatícios, que fixo em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação, atento à Súmula 326 do C. STJ.

P.I.C.

São Paulo, 20 de janeiro de 2021.

Luiz Gustavo Esteves

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**